

INFORMATIVO CAMPANHA SALARIAL



ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS AUDITORES-FISCAIS DA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Dois anos de luta

Governo pretendia oferecer reajuste zero aos Auditores-Fiscais, mas mobilização obriga Planalto a negociar

CRÉDITO

Primeira parcela do reajuste de 15,8% dividido em três anos entra na folha de maio, retroativa a janeiro/2013

CONSEQUÊNCIAS

Definida a negociação salarial, grupos de trabalho discutem outras melhorias, como bonificação por eficiência institucional

Servidor
Valorizado,
Estado
Fortalecido!
ANFIP

PROJETO
ANTICORRUPTORES
A **ANFIP** apoia essa iniciativa



PL 6826-2010
Uma proposta a favor do Brasil

EDITORIAL

O saldo da campanha salarial

O resultado da campanha salarial 2011/2012 não pode ser medido numericamente. Claro, há o número. O Termo de Acordo assinado em dezembro passado com o Ministério do Planejamento fixou em 15,8%, divididos em parcelas anuais de 2013 a 2015, o reajuste dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

Há ainda outras cláusulas negociadas, que estão detalhadas nesta cartilha, mas o resultado real vai além dos números. Foram dois anos de intensa mobilização e de embates. O novo governo se mostrou duro, quase inflexível com os servidores de Estado.

Expressões como “sangue azul” e “privilegiados” correram pela imprensa – sempre ávida em atacar o funcionalismo –, muitas vezes estimuladas ou mesmo proferidas por representantes do governo. Salários e fotos de dirigentes de Entidades viraram manchete, num gesto que põe em risco a segurança dos servidores e de seus familiares.

Esses mesmos representantes do governo não contavam, porém, com a articulação e a reação dos Auditores-Fiscais e dos demais servidores das carreiras de Estado. Foram dezenas de atos, manifestações, protestos e paralisações nas principais cidades do país.

Embora, como dito, o saldo da campanha não possa ser mensurado apenas em números, é preciso, sim, discutir o percentual de reajuste. Aumento anual de 5% é suficiente? Para a ANFIP, a resposta é imediata: não! Esse é um percentual muito aquém

das responsabilidades atribuídas e cobradas dos Auditores-Fiscais da RFB, que fazem a arrecadação dos recursos que garantem a própria existência do Estado e de todos os serviços oferecidos à sociedade. Somente em 2012, vale enfatizar, a arrecadação foi de R\$ 1,029 trilhão, passando pela primeira vez o marco trilionário. É valor que garante o atendimento da população e a implantação de todas as políticas públicas.

É preciso, porém, analisar o contexto. A grande verdade é que a intenção original do governo era não oferecer qualquer reajuste à nossa categoria. Isso ficou claro nas negociações de 2011, quando, depois de sete longas reuniões, o Planejamento avisou que a categoria não teria correção salarial.

O Planalto pretendia manter a mesma resposta em 2012, mas aqui entrou a importância da mobilização. Surpreendido pela articulação coordenada por entidades como a ANFIP, os representantes do governo tiveram de apresentar às carreiras de Estado a oferta dos 15,8%.

Se o percentual não é o justo, permite uma correção, por mínima que seja, de parte das perdas inflacionárias do período. A aceitação da proposta ainda impede que os Auditores-Fiscais vejam ampliar a defasagem salarial em relação a outras categorias, que já haviam negociado o mesmo reajuste com o Ministério do Planejamento.

O saldo dos últimos dois anos é, de fato, a confirmação da responsabilidade com que o Auditor-Fiscal exerce suas funções. E mais: a força que representa a união da categoria. Arrancamos os 15,8% num cenário adverso, que tendia ao reajuste zero.

Esta mesma união nos mostra que podemos fazer muito mais. E vamos conseguir. A valorização do trabalho do Auditor-Fiscal é uma obsessão da ANFIP, que representa não apenas a defesa de seus associados, mas de uma sociedade mais justa e fraterna no Brasil, com menos desigualdade e oportunidades para todos e para todas.

Esta cartilha traz um balanço desses dois anos de luta. Boa leitura.

Conselho Executivo

SUMÁRIO



Dois anos de mobilizações - Campanha salarial mostra a luta do Auditor-Fiscal para garantir condições dignas de trabalho em prol da sociedade

7

2011: política indefinida para valorização do servidor-Planejamento demora setereuniões para propor reajuste zero e ANFIP vai ao Congresso defender o Auditor-Fiscal

15



2012: pressão obrigou governo a negociar com Auditor-Fiscal - Intenção do governo era não conceder reajuste à categoria, mas mobilização garante acordo de 15,8%

19





Conheça o que foi negociado - Termo de Acordo assinado em dezembro incluiu outras cláusulas, além do reajuste de 15,8% em três anos

23

O acordo em prática - Conheça os desdobramentos do Termo de Acordo assinado com o governo

25



Projeto de Lei confirmará reajuste - ANFIP atuou em todas as fases da tramitação no Congresso Nacional para garantir a aprovação do PL 4904/2012, que assegurou a correção salarial para Auditores-Fiscais

27

Emendas justas e necessárias - Duas PECs vinculam o subsídio do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ao vencimento de ministro do STF

31





Dois anos de mobilizações

Campanha salarial mostra a luta do Auditor-Fiscal para garantir condições dignas de trabalho em prol da sociedade

Um período movimentado, repleto de iniciativas dos Auditores-Fiscais em defesa dos direitos da categoria. O trabalho da ANFIP na campanha salarial 2011/2012 contou com diversas mobilizações em Brasília e nas principais cidades do país. Os atos públicos receberam ainda forte atuação das Associações Estaduais e das Representações da Entidade, numa demonstração do empenho da categoria para exigir o justo e merecido reconhecimento às ações desenvolvidas para garantir uma sociedade mais justa e igualitária para todos os brasileiros e brasileiras.

No cronograma, foram dezenas de protestos, Dias de Mobilização de Advertência, atos públicos e o Dia Nacional pelo Direito a um Serviço Público de Qualidade. A categoria realizou ainda manifestação no desembarque internacional do Aeroporto Antônio Carlos Jobim, no Rio de Janeiro, por ocasião da Rio+20, a conferência da ONU que reuniu representantes de todo o mundo para discutir o crescimento sustentável. Os Auditores-Fiscais fizeram ainda

paralisações, operações padrão na zona primária e crédito zero na zona secundária.

No principal ato público do período, em 8 de agosto de 2012, a ANFIP e as demais entidades da União das Carreiras de Estado (UCE) fizeram uma passeata do Ministério do Planejamento ao Palácio do Planalto, em Brasília. Na sede do Executivo, o grupo exigiu da presidente da República a valorização das carreiras de Estado e a efetiva negociação da recomposição salarial.

Embora a manifestação tenha sido organizada de forma pacífica, a Polícia Militar do Distrito Federal foi acionada e chegou a usar spray de pimenta contra os manifestantes diante do Palácio do Planalto. No carro de som, o presidente da ANFIP, Álvaro Sólton, constatou que o governo duvidava da união dos servidores de Estado. “Hoje demonstramos que nosso interesse é comum, interesse pelo reajuste salarial, pelo cumprimento da Constituição. Um governo que se diz democrático, mas não cumpre a Constituição, é um governo a serviço de interesses inconfessáveis. Nesta tarde gostaríamos de dizer que os sonegadores estão felizes porque a carreira dos Auditores-Fiscais está defasada. A Receita Federal do Brasil tem em seus quadros 12 mil Auditores-Fiscais, mas o ideal seriam 20 mil. Mas o governo não repõe servidores essenciais ao combate à sonegação”, lamentou.

Ele criticou a insensibilidade do Planalto na negociação salarial e reforçou o compromisso do Auditor-Fiscal com a sociedade brasileira: “Não somos servidores de governos transitórios e oportunistas, somos servidores de Estado. Nosso padrão é a sociedade, que sabe do compromisso que cada um de nós tem com a população. Nós não vamos sossegar enquanto não tivermos nossa recomposição”.

A campanha salarial 2011/2012 foi composta por diversas iniciativas, além das manifestações públicas. Confira, a seguir, as ações da ANFIP em defesa da recomposição salarial dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB).



Conselheiros e advogados da ANFIP no STF, para ingressar com mandado de injunção em defesa do reajuste salarial

MANDADO DE INJUNÇÃO

Uma das primeiras iniciativas da ANFIP na campanha salarial, ainda em 2011, foi a defesa da Constituição. Com a confirmação de que, naquele ano, o Planalto oferecera reajuste zero para os Auditores-Fiscais (detalhes na página 14), sequer cumprindo a determinação constitucional de reposição das perdas inflacionárias, a Entidade apresentou um mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal (STF).

A ação foi fundamentada no artigo 37, X, da Constituição Federal, que prevê o reajuste salarial anual para os servidores públicos, e também no Decreto Legislativo 805/2010, que define o mês de janeiro de cada ano como data-base. Assim, a intenção da ANFIP foi assegurar o aumento anual e os interesses dos associados. O mandado recebeu o nº 4362 e está sob relatoria do ministro Luiz Fux.

CONTRA O DECRETO 7.777/2012

A mobilização das carreiras de Estado, de fato, surpreendeu o governo ao ponto de, em 25 de julho, o Planalto editar o abusivo decreto 7.777/2012. O texto tinha a clara intenção de cercear o direito de greve do funcionalismo ao permitir a substituição dos servidores federais por “equivalentes” em âmbito estadual, distrital e municipal.

A medida, uma afronta às atribuições exclusivas dos Auditores-Fiscais da RFB, expressas

nas Leis 10.593/2002, 10.910/2004 e 11.890/2008, foi imediatamente contestada pela ANFIP por meio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, que ganhou o nº 4838 e foi distribuída ao ministro Dias Toffoli. A ADI foi apresentada por meio do escritório de advocacia Arruda Alvim, de São Paulo, contratado em conjunto com o Sindifisco Nacional. Embora a contratação tenha sido conjunta, o proponente da ação foi a ANFIP, que tem legitimidade jurídica, por ser uma entidade de classe de âmbito nacional, para apresentar a ação. O Sindifisco Nacional não tem legitimidade constitucional para ingressar com uma ADI no STF, mas esteve ao lado da ANFIP na iniciativa e pôde, assim como outras representações de servidores, ingressar com pedido para ser *amicus curiae*. Esse instrumento jurídico permite a um terceiro ser ouvido em uma ação mesmo não sendo o proponente.

Abertura do texto da ADI contra o decreto 7.777

ANFIP ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES-FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, entidade associativa de âmbito nacional, com fins não econômicos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.636.693/0001-00, com sede na SBN Quadra 01, Bloco “H”, Ed. ANFIP, Brasília - DF, CEP: 70040-907, por intermédio de seus advogados que esta subscrevem, conforme estatutos e instrumento de mandato que seguem anexos (Doc. 1), vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência com fundamento nos arts. 102, I, “a” e “p” e 103, IX, da Constituição Federal e na Lei nº 9.868/99, propor a presente

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
com Pedido de Medida Cautelar**

em face do Decreto nº 7.777/12¹ pelas razões expostas a seguir.

¹ Em obediência ao disposto no art.3º, parágrafo único, da Lei nº 9.868/99, acompanha a presente ADI uma cópia do Decreto nº 7.777/12 (Doc. 2)



Deputado Ricardo Berzoini ouve argumentos da ANFIP durante o processo de campanha salarial

Em outra frente conjunta, ANFIP e Sindifisco Nacional ingressaram com mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça (STJ) contra a Portaria 260, do Ministério da Fazenda, que regulava o Decreto 7.777 no âmbito da RFB.

CARTILHA CAMPANHA SALARIAL 2012

“Não há país forte sem Estado presente e atuante. E não há Estado presente e atuante sem servidores públicos”.

Com esta declaração a ANFIP inicia o texto da cartilha Campanha Salarial 2012. O documento foi editado para comprovar, de forma técnica e embasada, a defasagem salarial dos Auditores-Fiscais da RFB. A cartilha apresenta o histórico da remuneração da categoria e apresenta tabelas com dados que comprovam a necessidade iminente de reposição das perdas causadas pela inflação. A publicação foi distribuída aos representantes do governo e aos parlamentares, além dos associados, e está disponível em www.anfip.org.br.

REEMBOLSO PARA DIAS PARADOS

O Conselho Executivo da ANFIP aprovou a Resolução nº 28, que define regras para o reembolso dos Auditores-Fiscais associados, não filiados ao sindicato, que participaram do movimento grevista da campanha salarial de 2012 e que tiveram os dias parados descontados dos vencimentos. A intenção

foi evitar prejuízo aos associados e a seus familiares por conta de uma luta justa e necessária em defesa de toda a categoria.

Vale lembrar que, durante a Campanha Salarial de 2008, a ANFIP também reembolsou os dias parados a todos os associados não sindicalizados que aderiram à paralisação. Na prática, a Entidade está sempre presente para evitar qualquer prejuízo aos seus associados.

AÇÕES NO LEGISLATIVO

Durante todo o processo de negociação salarial no biênio 2011/2012, a ANFIP manteve uma forte atuação no Congresso Nacional. A Entidade participou de dezenas de encontros com líderes, deputados e senadores para enfatizar a injustiça que representava a não correção dos salários dos Auditores-Fiscais da RFB, justamente a categoria responsável pela arrecadação dos recursos que garantem o atendimento das demandas da população brasileira e a implantação de todas as políticas públicas do país.

A Entidade também defendeu agilidade na tramitação da PEC 156/2012, que inclui na lei orçamentária o reajuste geral do funcionalismo. A proposta introduz inciso no parágrafo 5º do artigo 165 da Constituição Federal, determinando a inclusão do reajuste geral do funcionalismo, previsto no artigo 37, X da Constituição, na lei orçamentária. Na prática, significa garantir ao servidor público da União reposição salarial anual de forma a cobrir as perdas inflacionárias.



Entidades traçam estratégia de ação durante reunião da UCE

UNIÃO DAS CARREIRAS DE ESTADO

A ANFIP passou a atuar, ainda em 2011, em conjunto com outras entidades que representam servidores das carreiras de Estado. O grupo, que começou identificado como Campanha Salarial Conjunta, foi crescendo ao longo do processo.

Em 2012, as entidades criaram a União das Carreiras de Estado (UCE), que atuou de forma unida em diversas frentes, promovendo um inédito trabalho conjunto. A UCE reuniu 22 entidades representativas das carreiras do Fisco, da auditoria do Trabalho, dos advogados públicos, do ciclo de gestão, do núcleo financeiro, do Banco Central, da CVM, da Polícia Federal e do Itamaraty.

RÁDIO E TV

Uma das ações de maior destaque da ANFIP em conjunto com a UCE foi a veiculação de campanha na mídia para mostrar a importância das carreiras que exercem atividades essenciais ao Estado brasileiro. Por meio de anúncios veiculados em Brasília na TV Globo, TV Globo News e rádio CBN, as entidades alertaram para a falta de disposição do governo ao diálogo.

Uma das peças publicitárias enfatizou: “A união das entidades que representam as carreiras de Estado vem trabalhando e apresentando insistentemente, desde o segundo semestre de 2010, soluções para investimento e melhoria da qualidade do serviço público federal e, como resposta, o descaso e a falta de compromisso do governo federal, que não avalia as consequências de uma greve dessas categorias para o bom funcionamento do Estado. Valorizar os servidores públicos é atender as necessidades do cidadão”.



Grandes mobilizações marcaram os dois anos de campanha salarial



PETIÇÃO PÚBLICA

A ANFIP fez campanha em defesa da petição pública on-line de Auditores-Fiscais da RFB endereçada à presidente da República.

O texto de encaminhamento do abaixo-assinado enfatiza: “Os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil devem ser tratados com o respeito e a dignidade que o cargo em que estão investidos lhes exige atuar, atividade esta que permite a própria existência do Estado enquanto tal, pois

sem a arrecadação não há como se falar de ação estatal. A missão de manter quadros motivados nessa área estratégica do Estado brasileiro não pode ser menosprezada, nem a experiência acumulada deixar de ser valorizada. A colaboração constante da categoria na construção de um órgão de excelência, reconhecido em nível internacional, em um país que hoje é uma das maiores economias mundiais, pode vir a ser afetada pela falta de recomposição salarial adequada do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.”



Campanha salarial contou com atos públicos na Esplanada dos Ministérios





2011: política indefinida para valorização do servidor

Planejamento demora sete reuniões para propor reajuste zero e ANFIP vai ao Congresso defender o Auditor-Fiscal

Um novo governo no país chega sempre com grandes expectativas por parte de todos os brasileiros. No serviço público o sentimento é o mesmo, ou até mais intenso, já que o servidor federal está diretamente sujeito às regras administrativas determinadas pelos ocupantes do Palácio do Planalto.

Em 2011, primeiro ano da gestão da presidente da República, os Auditores-Fiscais da RFB participaram de mesa específica de negociação com o Ministério do Planejamento ao lado de Auditores-Fiscais do Trabalho e de delegados e peritos da Polícia Federal. O grupo foi representado, além da ANFIP, pelo Sindifisco Nacional, Sinait (Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais do Trabalho), ADPF (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal), Fenadepol (Federação Nacional dos Deputados da Polícia Federal) e APCF (Associação dos Peritos Criminais da Polícia Federal).

No primeiro encontro, realizado em 7 de junho, ficou acertada a pauta dos debates, com o foco na parte comum às categorias: reestruturação salarial, adicional de localidade de difícil acesso (fronteira) e Lei Orgânica do Fisco (LOF). Nessa reunião inaugural, o então secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, agendou mais dois encontros com as categorias, mas adiantou que, se eles não fossem suficientes, outros poderiam ser marcados para discutir a melhor proposta para os servidores. Na verdade, além das duas reuniões agendadas, outras quatro aconteceriam em 2011, totalizando sete encontros no ano.

Logo no início do segundo encontro, o secretário Duvanier Ferreira avisou que a questão salarial teria de sair da pauta da negociação específica porque teria de ser discutida primeiro na mesa maior, que reunia todo o funcionalismo público federal, com mais de 30 entidades de servidores públicos. Os trabalhadores enfatizaram que esta era uma alteração inesperada, já que a pauta havia sido fechada na reunião anterior. O representante do governo assegurou que as reivindicações estavam computadas e disse que as contas estavam sendo feitas para dar a resposta. O presidente da ANFIP, Álvaro Sólón de França, observou: “Sendo assim, como o governo já tem as solicitações, deveria apresentar algo concreto no próximo encontro para iniciar uma negociação salarial efetiva”.

No entanto, a terceira rodada acabou sem proposta e a ANFIP chamou a atenção do governo para a falta de método no processo de negociação. “É preciso dar credibilidade às reuniões. Não existe sinalização nem quanto à metodologia”, lamentou o presidente Álvaro Sólón. As entidades enfatizaram o desgaste de promover encontros vazios, sem negociação efetiva, especialmente porque a pauta das categorias já havia sido apresentada. A ANFIP ainda reforçou que as demandas financeiras eram enxutas, limitando-se ao reajuste salarial e à indenização para regiões de difícil acesso. Pressionado, o Executivo se comprometeu a apresentar proposta concreta na próxima reunião.

No encontro seguinte, o Planejamento avisou que, devido à situação de “restrição severa” no orçamento, não seria possível atender as reivindicações inicialmente propostas e solicitou que as categorias definissem prioridades em curto prazo para um acordo. De imediato, as entidades apresentaram a proposta de reajuste de 26%, dividido em três anos. Para as categorias, este deveria ser, inclusive, o percentual para todo o serviço público, já que traz uma política salarial de médio e longo prazos.

Os servidores também alertaram para a situação das tabelas de subsídios dos Auditores-Fiscais e dos delegados e peritos federais, que, conforme sempre pleitearam, deveriam ter maior harmonia e equivalência entre piso e teto. Os servidores ainda voltaram a cobrar agilidade nas negociações e exigiram clareza do governo no diálogo.

O quinto encontro, em 10 de agosto, aconteceu em clima de tensão, já que a Administração não apresentou a prometida contraproposta salarial e as categorias estavam preocupadas com o prazo dado pelo Planalto para concluir o processo: 15 de agosto. O próprio Planejamento estava descumprindo o prazo, ao marcar a reunião seguinte para 16 de agosto. As entidades frisaram a falta de tempo hábil para discutir a oferta do governo com as categorias e foram veementes em expor o descontentamento com as diversas reuniões realizadas sem a apresentação de números. A ANFIP ainda reforçou que o mínimo a ser oferecido pelo governo, até para cumprir o preceito constitucional, é a reposição da perda inflacionária.

Em seguida, na sexta reunião, o então secretário Duvanier Paiva Ferreira anunciou que o governo não teria capacidade orçamentária para atender as reivindicações específicas das carreiras. A ANFIP questionou, então, a continuidade da política de valorização do servidor público, iniciada no governo passado, e solicitou uma resposta clara sobre a possibilidade de não haver reajuste salarial para o próximo ano. O governo alegou que, diante da indefinição do cenário de crise econômica mundial no período,

não seria possível assumir, naquele momento, a responsabilidade dos reajustes.

Os representantes das entidades deixaram claro que, seja no Brasil ou em qualquer parte do mundo, sempre haverá uma crise a ser enfrentada. Enfatizaram, especialmente, o papel dos Auditores-Fiscais da RFB, que registraram para o governo, em 2011, arrecadação pelo menos 6% maior do que a de 2010, fora o incremento obtido com as diversas ações de fiscalização, especialmente sobre os grandes contribuintes. “A política de valorização dos servidores, iniciada no governo passado, foi um fator fundamental para o Brasil enfrentar a crise anterior”, acrescentaram as categorias. Elas cobraram no mínimo, como já havia enfatizado antes a ANFIP, a reposição da perda inflacionária.

O espaço de tempo entre o sexto e o sétimo encontro foi marcado por dois adiamentos solicitados pelo governo. Neste contexto de indefinição do Executivo, a ANFIP decidiu ampliar a ação no Legislativo para mostrar aos parlamentares, prioritariamente os da Comissão Mista de Orçamento, a importância de valorizar o trabalho do Auditor-Fiscal especialmente no cenário de crise econômica, pois exercem papel fundamental na manutenção dos elevados níveis de arrecadação do Estado brasileiro e no combate à sonegação.

Quando o sétimo e último encontro da mesa de 2011 finalmente aconteceu, em 30 de agosto, o governo anunciou a decisão de não conceder qualquer recomposição salarial ou cláusula financeira aos Auditores-Fiscais da RFB e do Trabalho e aos delegados e peritos da Polícia Federal. Motivo alegado: a imprevisibilidade da crise enfrentada nos Estados Unidos e na Europa exigia da administração restrições orçamentárias.

As entidades condenaram duramente o anúncio e rejeitaram os argumentos referentes à crise externa, já que o Brasil registrava sucessivos recordes na arrecadação – em grande parte graças ao competente trabalho dos Auditores-Fiscais da RFB – e enfrentava a situação externa em condições mais favoráveis do que durante a crise de 2008, já que tinha mais reservas e ainda elevou o superávit primário.



ANFIP e demais entidades participam de rodada de negociação no Ministério do Planejamento

Também argumentaram que o Executivo beneficiava empresários com programas como o Reintegra e as medidas de desoneração, abrindo mão de recursos.

Os servidores ainda apresentaram estudo do Dieese mostrando que no setor privado, de 353 negociações salariais realizadas em 2011, 93% resultaram em reajustes iguais ou superiores à inflação. Neste cenário, é injusto que exatamente as categorias responsáveis pelo crescimento do Brasil sejam punidas com dois anos sem qualquer melhoria salarial.

O presidente da ANFIP, Álvaro Sólon, cobrou também uma posição concreta do governo em relação à política salarial voltada para o Auditor-Fiscal. “O que se espera é uma sinalização de qual é a política salarial para nossas categorias, porque, superadas as crises, você tem um compromisso de uma política de governo voltada para essas categorias. Essa política salarial ainda não existe”, constatou.

Ele acrescentou que a situação era negativa, porque não se tinha conhecimento da

política do novo governo federal para o Auditor-Fiscal. “Precisamos ter essa sinalização, até porque todo mundo aqui quer uma sociedade melhor, a redução da pobreza, o combate da desigualdade social – e o trabalho do Auditor-Fiscal é fundamental para isso. Então, precisamos saber se há uma política de fortalecimento de instituições com a Receita Federal do Brasil e, conseqüentemente, uma política de remuneração para o Auditor-Fiscal”, exigiu.

Com a conclusão da mesa de negociação específica, a ANFIP e diversas entidades representantes das carreiras típicas de estado passaram a promover encontros com os líderes no Congresso Nacional, mas a imposição do governo impediu alterações no Orçamento. Mais do que a ação pontual no Legislativo, a organização dos representantes permitiu a realização de diversas mobilizações em 2011 (recorde na página 6) e a definição de estratégia conjunta para a próxima rodada. O foco já era 2012.

“Asituaçãodesteano não pode ser similar à de 2011, em que não houve uma contrapartida do governo e nem tempo para inclusão do reajuste no orçamento. Não queremos que isso se repita, queremos uma negociação franca

”



2012: pressão obriga governo a negociar com Auditor-Fiscal

Intenção do governo era não conceder reajuste à categoria, mas mobilização garante acordo de 15,8%

A negociação salarial com o Planejamento em 2012 começa com a forte determinação das categorias em evitar as protelações feitas pelo governo no ano anterior. Já no primeiro encontro, em 12 de abril, o presidente da ANFIP, Álvaro Sólon de França, avisou: “A situação deste ano não pode ser similar à de 2011, em que não houve uma contrapartida do governo e nem tempo para inclusão do reajuste no orçamento. Não queremos que isso se repita, queremos uma negociação franca. Somos servidores de Estado e trabalhamos para que o Estado seja forte e tenha condições de atuar na construção de uma sociedade justa e equilibrada. A valorização das carreiras típicas é imprescindível para que este objetivo seja alcançado”.

A mesa específica de 2012 foi alterada em relação ao ano anterior, com a ida dos delegados e dos peritos da Polícia Federal para uma negociação própria. Assim, ficaram juntos os Auditores-Fiscais do Fisco e do Trabalho, representados pela ANFIP, Sindifisco Nacional e Sinait. Também houve mudança no Ministério do Planejamento: o secretário de Relações do Trabalho no Serviço Público, Sérgio Arbulu Mendonça, assumiu a representação do governo no lugar do secretário de Recursos Humanos, Duvanier Paiva Ferreira, que faleceu em janeiro em decorrência de um infarto.

As entidades iniciaram os debates já apresentando os cálculos do reajuste pleiteado. Conforme os estudos da ANFIP, o percentual deveria ser de 30,19%, calculados com base no IPCA de 2010 a 2014. Foram propostas, ainda, a reestruturação da transposição na carreira, que passaria a ter três classes e seis padrões, com a diferença de 4,5% entre um padrão e outro, a instituição da indenização de fronteira e a regulamentação do porte de arma.

As entidades do Fisco pontuaram que as suas atividades pagam com folga toda a recomposição salarial solicitada. Apresentaram também uma tabela comparativa entre as remunerações dos Fiscos estaduais e Fisco federal. O documento, de autoria da Febrafite, expõe que auditores-fiscais da maioria dos Estados da Federação têm remuneração superior à do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e do Trabalho.

O secretário Mendonça informou que o governo concordou em diminuir o prazo inicialmente planejado para a conclusão das negociações – que passou do fim de agosto para o fim de julho. No entanto, as entidades contrargumentaram e defenderam 30 de maio como limite para o encerramento das negociações. O presidente da ANFIP contrapôs que a extensão dos prazos dependerá do desenvolvimento das discussões. “É importante que na reunião seguinte o governo apresente indicativos de avanço, para que possamos vencer as desconfianças acumuladas no processo anterior”.

O segundo encontro do ano com o Ministério do Planejamento, em 11 de maio, terminou com um recado claro: os representantes do cargo de Auditor-Fiscal da RFB e do Trabalho só voltariam a se reunir com o governo quando o Planalto tivesse uma proposta efetiva de reajuste salarial. “Chega de fazer reunião para marcar reunião”, avisaram os representantes. Frustrando a expectativa dos servidores, o secretário Sérgio Mendonça disse que o Executivo ainda estava dimensionando os impactos das diversas reivindicações do funcionalismo e não estaria pronto para falar de percentual de reajuste.

A ANFIP classificou a notícia como preocupante, já que houve um mês entre o primeiro e o segundo encontro. “Esta situação é preocupante por causa do signo de desconfiança do ano passado, quando houve todas as reuniões e nunca a apresentação de um índice e as coisas foram sendo empurradas. Isso causa uma dificuldade muito grande”, justificou o presidente Álvaro Sólón.

O presidente acrescentou que, se a Constituição fosse cumprida, o debate na mesa não seria sobre recomposição salarial, já que o artigo 37, X estabelece o benefício. “Se houvesse o respeito à Carta Magna, o que estaríamos discutindo aqui seriam ganho real e benefícios indiretos, porque a recomposição salarial está garantida na Constituição”, lembrou. A ANFIP, inclusive, entrou em novembro de 2011 com mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal para exigir o cumprimento do artigo 37.

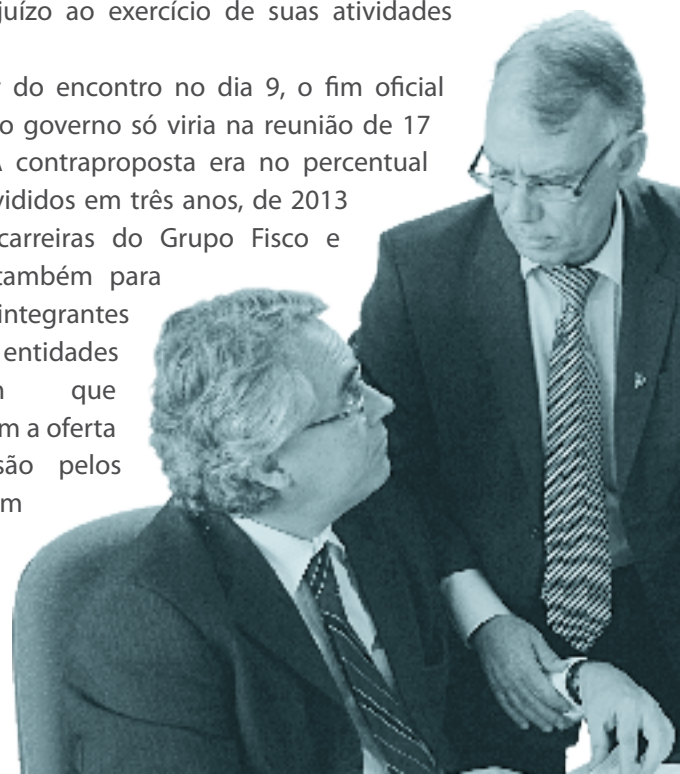
Álvaro Sólón voltou a cobrar uma sinalização concreta de reajuste salarial e reforçou que, conforme dados entregues ao governo na reunião passada, os fiscos estaduais têm remuneração melhor do que a dos Auditores-Fiscais da RFB, fato difícil de ser explicado. “Fica difícil entender. O governo federal apresenta superávit, mas os estados estão em situação ruim, dizendo que estão com o pires na mão por causa da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e, mesmo assim, eles têm uma remuneração melhor que a nossa, quando em nível federal há uma folga elástica entre a LRF e o gasto. O argumento de que não há folga para o reajuste é frágil”, reforçou.

Como se recusaram a voltar à mesa enquanto não houvesse a contraproposta, as entidades somente tiveram notícia do governo no fim de julho, quando, em ofício, o Planejamento, que havia proposto julho como limite para a negociação, solicitou a transferência de novas rodadas de negociação para a semana de 13 a 17 de agosto.

No entanto, o governo foi obrigado a se sentar com os servidores antes disso. É que em 8 de agosto a ANFIP e as demais entidades da União das Carreiras de Estado (UCE) promoveram um grande ato na Esplanada dos Ministérios e a repercussão do protesto fez com que o Ministério do Planejamento chamasse as categorias para um encontro no dia 9. A ANFIP alertou o secretário Sérgio Mendonça para o nível de insatisfação das carreiras de Estado: “Essa grande mobilização de hoje (ontem) e as paralisações atuais de diversas categorias são uma prova dessa situação, dessa insatisfação, que é preocupante. Com a frustração nas negociações do ano passado, que terminaram com zero de reajuste, o debate deste ano acontece sob o signo da desconfiança”.

O presidente da ANFIP ainda chamou a atenção do governo para a grande revolta causada entre os Auditores-Fiscais pela edição do decreto 7.777/2012, que foi claramente feito para cercear o direito constitucional de fazer greve. Nesse particular, a ANFIP, mais uma vez, ajuizou medidas judiciais na defesa de seus associados, para que não houvesse nenhum prejuízo ao exercício de suas atividades funcionais.

Apesar do encontro no dia 9, o fim oficial do silêncio do governo só viria na reunião de 17 de agosto. A contraproposta era no percentual de 15,8%, divididos em três anos, de 2013 a 2015, às carreiras do Grupo Fisco e Trabalho e também para todos os integrantes da UCE. As entidades comunicaram que encaminharam a oferta para discussão pelos servidores em assembleias.



As partes voltaram à mesa em 25 de agosto, quando a UCE comunicou a rejeição das bases à oferta de 5% ao ano em três anos. As entidades cobraram do governo respeito aos servidores públicos na negociação e valorização do trabalho da categoria, que é responsável pela implementação das políticas sociais e econômicas e pelo funcionamento de todo o Estado brasileiro. O presidente da ANFIP, Álvaro Sólón de França, reforçou a necessidade de diálogo efetivo. “O acordo é sempre o melhor caminho. Esperamos que o governo se sensibilize e veja que precisa fazer uma negociação efetiva, já que os servidores estão abertos a dialogar”, afirmou.

Vencida a primeira etapa de negociação com o Planejamento, em reunião interna da UCE para avaliação da campanha salarial, a ANFIP registrou o êxito do trabalho conjunto das carreiras que exercem atividades essenciais ao Estado. “Tenhamos a certeza de que essa união inédita das carreiras de Estado tem méritos consideráveis, porque a intenção inicial do governo era, sim, de propor zero por cento de reajuste para nossas categorias”, disse Álvaro Sólón.

Gradativamente, os servidores das categorias participantes da UCE foram aderindo à proposta do governo. E, após reunião, em 7 de novembro na sede da ANFIP, a Associação, o Sindifisco Nacional e o Sinait anunciaram, em nota conjunta, a decisão de trabalhar pela reabertura da negociação salarial com o governo ainda em 2012 para permitir a inclusão do reajuste no Orçamento de 2013, à época já em tramitação no Congresso Nacional.

As três entidades voltaram ao Ministério do Planejamento em 11 de dezembro, quando foi confirmada a reabertura da negociação salarial nos termos acordados previamente com as demais entidades do funcionalismo público. No dia seguinte, o Conselho Executivo da ANFIP, pela unanimidade de seus 18 integrantes, decidiu aceitar a oferta do governo e, ainda, orientar os associados filiados ao Sindifisco Nacional a participar da assembleia para rediscutir a proposta de reajuste salarial, que seria em 14 de dezembro, e a votar pela aceitação.

A ANFIP avaliou que os dois anos de intensa mobilização precisavam ser concluídos com dignidade, especialmente porque a inclusão dos Auditores-Fiscais na proposta de 15,8% foi uma vitória, já que a intenção inicial do Planalto era claramente deixar o segmento sem qualquer reposição salarial. Outras questões foram incluídas no termo de acordo, como detalha a reportagem da página 22.

Diversos encontros foram realizados no Ministério do Planejamento com a intenção de garantir o reajuste salarial





Conheça o que foi negociado

Termo de Acordo assinado em dezembro inclui outras cláusulas, além do reajuste de 15,8% em três anos

A ANFIP assinou em 17 de dezembro de 2012 o acordo com o Ministério do Planejamento que prevê reajuste salarial de 15,8%, concedido em três parcelas (2013, 2014 e 2015). Com aval das assembleias das categorias, o Sindifisco Nacional e o Sinit também assinaram o documento. Ficou definido que um Projeto de Lei seria encaminhado de imediato ao Congresso Nacional para garantir o reajuste, juntamente com a alteração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (leia na página 26).

O Termo de Acordo prevê, além do reajuste, a constituição de Grupos de Trabalho, no primeiro trimestre de 2013, para analisar os pontos:

- estudo da tabela remuneratória dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e do Trabalho, em relação ao número de padrões/níveis, salário inicial e reposicionamento, em 1 e 2 padrões, respectivamente, na tabela remuneratória, dos Auditores-Fiscais da RFB que se encontravam em junho de 2009 nos padrões B2 e B3;

- estudo visando à reversão dos efeitos funcionais dos movimentos reivindicatórios de 2003 e 2008, e negociação acerca do desconto dos dias parados.

Outros itens foram acertados na negociação final com o governo, mas são de competência do Ministério da Fazenda (MF):

- criação de Grupo de Trabalho no MF para realizar estudos com vistas à implementação do modelo de ganhos remuneratórios vinculados à eficiência da arrecadação tributária federal;

- substituição do Mandado de Procedimento Fiscal pelo Termo de Distribuição de Procedimento Fiscal, enviado diretamente ao Auditor-Fiscal para que instaure os procedimentos necessários;

- empenho do MF para aprovação e sanção do Projeto de Lei nº 4264/2012, que institui a indenização de fronteiras;

- criação de Grupo de Trabalho para agilizar o envio da Lei Orgânica do Fisco ao Congresso Nacional.

No dia seguinte à assinatura, a ANFIP, acompanhada pelo Sindifisco Nacional, discutiu os termos negociados com o secretário da RFB, Carlos Alberto Freitas Barreto. A Associação ressaltou a necessidade de valorização do trabalho do Auditor-Fiscal, que exerce uma atividade fundamental para o funcionamento de toda a estrutura do Estado brasileiro e para a sociedade como um todo. O presidente Álvaro Sólon de França lembrou que o salário é um item importante para mostrar essa valorização, lembrando que no Fisco estadual a remuneração do auditor é maior do que na RFB, que tem mais atribuições e lida com tributos mais complexos. “As entidades não estão preocupadas somente com o aspecto corporativo, mas também com o que a sociedade pensa e espera da RFB. Essa percepção que a sociedade tem da nossa importância tem decaído e vai decair com uma remuneração que não é tão atrativa, feita a comparação com outras carreiras e o início longe dos centros urbanos. Será que só a União está certa e os estados estão totalmente equivocados em oferecer uma remuneração diferenciada ao Fisco?”, questionou.

Álvaro Sólon ainda ressaltou que o governo precisa mostrar empenho para cumprir logo todos os itens negociados. “As categorias já fizeram o gesto de boa vontade ao aceitar, devido às conjunturas, um acordo que não era o ideal; agora o governo tem de fazer a parte dele”, completou.



Reunião com o secretário da RFB, Carlos Alberto Freitas Barreto



Videocoferência sobre a criação de bonificação vinculada à eficiência da arrecadação

O acordo em prática

Conheça os desdobramentos do Termo de Acordo assinado com o governo

A ANFIP está mobilizada para fazer cumprir todas as cláusulas negociadas e incluídas no Termo de Acordo de 2012. Em março, a Entidade assinou o Termo de Acordo nº 31/2013, que dispõe sobre a reposição dos dias paralisados de agosto a setembro de 2012. A reposição das horas deverá ser feita até julho de 2013. “Este acordo é uma vitória da categoria, conseguida graças à mobilização salarial do ano passado”, enfatizou o presidente da Associação, Álvaro Sólón de França.

A Entidade também participou, em fevereiro, de videoconferência do Grupo de Trabalho com a finalidade de produzir estudos sobre a implementação de bonificação vinculada à eficiência da arrecadação tributária federal, dando prosseguimento à negociação feita em

dezembro. O GT foi criado pela Portaria RFB nº 79, de 29 de janeiro de 2013, que tem um prazo de 90 dias para apresentar resultados, podendo ser prorrogado. O Grupo já realizou outros encontros, presenciais e por videoconferência, e as discussões prosseguem. O debate sobre a bonificação de eficiência está bastante avançado e está centrado em três linhas: viabilidade jurídica, análise das metas institucionais e origem de recursos.

Também em março, a ANFIP voltou a se reunir com o Ministério do Planejamento para tratar da criação e funcionamento do Grupo de Trabalho destinado a elaborar o estudo da tabela remuneratória dos Auditores-Fiscais da RFB e do Grupo de Trabalho e para tratar dos efeitos funcionais decorrentes das greves de 2008 e 2012. A ANFIP indicou três conselheiros para compor esse Grupo de Trabalho. Ficou acertado que a primeira reunião sobre a tabela seria no fim de abril. O encontro que discutirá os efeitos funcionais da paralisação será em maio. Esses efeitos funcionais impactam a contagem de tempo para fins de aposentadoria, progressão e promoção na carreira, além de provocar outros efeitos negativos.

No encontro com o Ministério do Planejamento, o presidente Álvaro Sólón enfatizou que é preciso definir qual tipo de Estado e qual tipo de inteligência se quer trabalhando para esse Estado. “São 20.420 cargos autorizados para a carreira de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e somente 11 mil estão em atividade”, lamentou, ao apresentar o cenário preocupante dos quadros da RFB.

A ANFIP também indicou três conselheiros para integrar o Grupo de Estudo destinado a agilizar a tramitação da Lei Orgânica do Fisco nos órgãos competentes, conforme previsto no Termo de Acordo. Atualmente, a Minuta do projeto de Lei Orgânica do Fisco, que foi construído em parceria com entidades das carreiras de auditoria da RFB e do Trabalho, está na Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda. Todos os avanços serão divulgados nos meios de comunicação da ANFIP.



Projeto de Lei confirma reajuste

ANFIP atuou em todas as fases da tramitação no Congresso Nacional para garantir a aprovação do PL 4904/2012, que assegurou a correção salarial para Auditores-Fiscais

Como os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e outras categorias fecharam o acordo com o governo em dezembro de 2012, quando o projeto do Orçamento para 2013 já havia sido enviado ao Legislativo, foi preciso um Projeto de Lei específico para garantir a correção de 15,8% dividido em três anos aos servidores.

O PL remetido pelo governo ganhou o número 4904/2012 e beneficiava, além dos Auditores-Fiscais da RFB e do Trabalho, servidores do Banco Central do Brasil, da Susep, da CVM e do Inbra, além de policiais civis do Distrito Federal e bombeiros e policiais militares do DF.

Com a proposta no Congresso Nacional, a ANFIP iniciou a atuação parlamentar para agilizar a tramitação. Em encontro com o relator da matéria na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara (Ctasp), deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP), a Entidade enfatizou a necessidade de rápida aprovação. Bala Rocha adiantou que daria parecer favorável e reconheceu a importância da matéria para assegurar aos servidores das categorias incluídas no texto o mesmo percentual de reajuste concedido aos demais.

A Associação também se reuniu com o líder do Governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), que acatou a sugestão da ANFIP e propôs ao colégio de líderes da Casa o regime de urgência para a matéria. Desta maneira, o PL ficaria dispensado da tramitação nas outras comissões temáticas e seguiria diretamente para o plenário.

Aprovado na Câmara dos Deputados em 20 de março, o texto seguiu ao Senado, onde a ANFIP atuou rapidamente e, após encontro da Entidade com o líder do PT, Wellington Dias (PI), a matéria foi aprovada já em 26 de março. Como foi alterado, o texto retornou à Câmara dos Deputados.

A aprovação definitiva na Câmara aconteceu em 23 de abril e o projeto seguiu para sanção presidencial, sendo publicado em 9 de maio com a Lei 12.808/2013. O reajuste entra na folha de pagamento de maio, com aplicação do aumento de 5% retroativa a janeiro/2013.

Tabela: Subsídios das carreiras de Auditoria da RFB e Auditoria do Trabalho

Cargos	Classe	Padrão	Valor do subsídio (em R\$)			
			Efeitos financeiros a partir de:			
			01/07/2010	01/01/2013	01/01/2014	01/01/2015
Auditor-Fiscal da RFB	Especial	IV	19.451,00	20.423,55	21.403,88	22.516,88
		III	18.910,61	19.856,14	20.809,23	21.891,31
		II	18.576,24	19.505,05	20.441,29	21.504,24
		I	18.247,78	19.160,17	20.079,85	21.124,01
	B	IV	17.545,94	18.423,24	19.307,55	20.311,54
		III	17.201,90	18.062,00	18.928,97	19.913,28
		II	16.864,61	17.707,84	18.557,82	19.522,82
		I	16.533,93	17.360,63	18.193,94	19.140,02
Auditor-Fiscal do Trabalho	A	V	15.898,01	16.692,91	17.494,17	18.403,87
		IV	15.586,28	16.365,60	17.151,15	18.043,01
		III	15.280,67	16.044,70	16.814,85	17.689,22
		II	14.981,05	15.730,10	16.485,15	17.342,37
		I	13.600,00	14.280,00	14.965,44	15.743,64



Senador Paulo Paim apoia o pleito da ANFIP pelo reajuste salarial



ANFIP defende votação do PL 4904 em encontro com o líder do PT no Senado, Wellington Dias



Relator na Ctas, deputado Sebastião Bala Rocha, recebe ofício da ANFIP cobrando agilidade na tramitação do PL 4904



Emendas justas e necessárias

Duas PECs vinculam o subsídio do Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil ao vencimento de ministro do STF

Que o justo reconhecimento do trabalho do Auditor-Fiscal da RFB em defesa da sociedade passa pela remuneração digna ninguém tem dúvida. A questão sempre foi como fazer esse reconhecimento. Um exemplo claro dessa dificuldade é o processo de negociação salarial 2011/2012, com o governo resistindo até em oferecer ao menos a correção das perdas inflacionárias.

A solução para a questão pode estar em duas Propostas de Emendas à Constituição (PECs). A primeira delas, a 443/2009, vincula os salários de advogados da União e de procuradores dos estados e do Distrito Federal a 90,25% dos vencimentos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que recebem o teto do funcionalismo público.

Durante a XXIII Convenção Nacional da ANFIP, realizada em 2011 em Gramado (RS), foram coletadas mais de mil assinaturas dos participantes pedindo aos parlamentares a inclusão dos Auditores-Fiscais nessa PEC, por considerarem justo esse pleito. Afinal, é de sua atribuição ao lançar e arrecadar tributos e contribuições e ao coibir a sonegação e a fraude que a União consegue recursos para fazer frente a todos os seus compromissos com a nação brasileira.

A PEC 443/2009, de autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG) – com quem a ANFIP já teve diversos encontros de trabalho –, recebeu emenda proposta pela Entidade para incluir os Auditores-Fiscais da RFB. A emenda da ANFIP foi apresentada pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) e contou com o apoio de mais de 200 deputados e deputadas.

Em audiência pública na Câmara dos Deputados sobre a PEC, o presidente Álvaro Sólón de França enfatizou a relevância dos Auditores-Fiscais para a sociedade. “É atividade jurídica e função essencial ao Estado Brasileiro, que tem como fundamento, no artigo 3º da Constituição, construir uma sociedade livre, justa e solidária, e também a redução e a erradicação da miséria e das desigualdades sociais e regionais. E sem os tributos não se constrói uma sociedade justa e solidária, nem se reduz a miséria e as desigualdades sociais”, frisou.

A ANFIP tem enfatizado que a atuação do Auditor-Fiscal da RFB é uma atividade indiscutivelmente de natureza jurídica e se revela essencial à realização da Justiça – o que assegura a inclusão na PEC que beneficia os advogados públicos. Provas dessa atuação são, por exemplo, o combate à sonegação e à inadimplência e os constantes julgados das Delegacias da RFB e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, que em muito se parecem com os tribunais administrativos franceses.

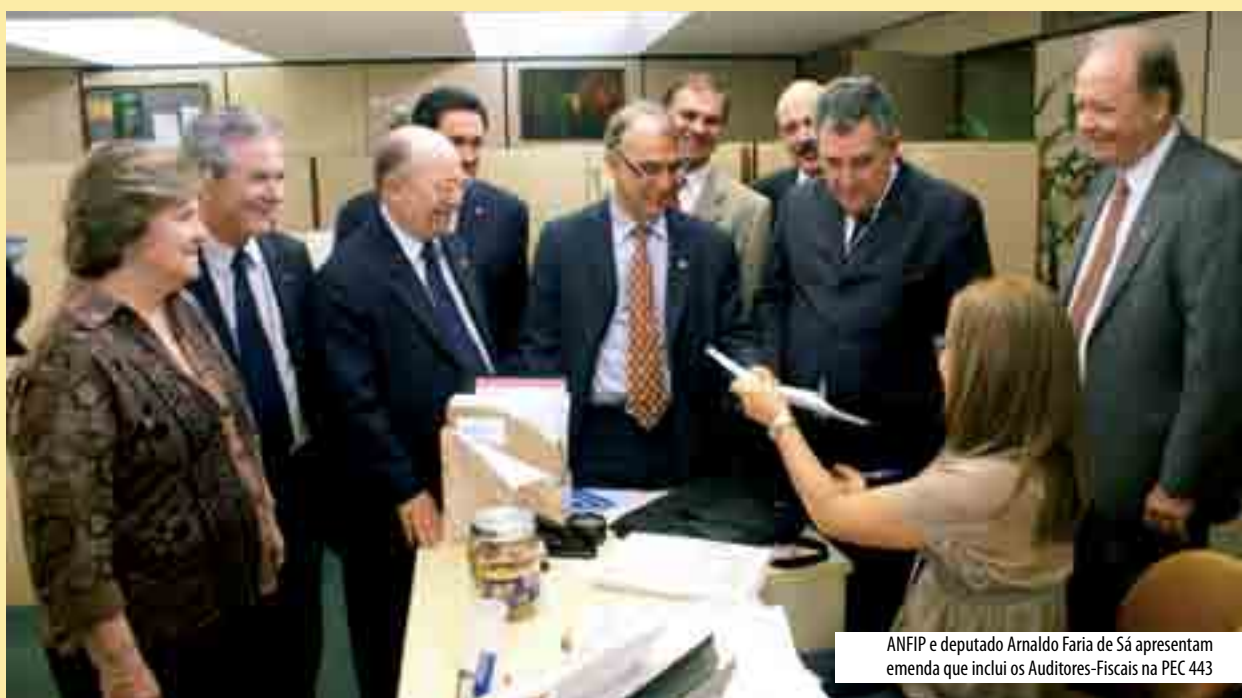
Essa atuação é ainda reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça, que na Resolução nº 75, de 12 de maio de 2009, considerou o exercício do cargo de Auditor-Fiscal como atividade jurídica. O parecer do CNJ justifica ainda mais a necessidade de tratamento remuneratório semelhante entre os membros das demais carreiras jurídicas.

A PEC 443/2009 aguarda votação na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. A outra emenda que beneficia os Auditores-Fiscais é a 147/2012. O texto é de autoria do deputado Amauri Teixeira (PT-BA), também auditor da RFB e associado à ANFIP.

A 147 trata especificamente dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e do Trabalho e

do grau máximo da carreira de servidores do Banco Central, que passariam a receber subsídio de 90,25% do salário de ministro do STF. A proposta está tramitando na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados, onde aguarda votação.

A ANFIP defende a tramitação da PEC 147 em conjunto com a 443. O vínculo direto entre a remuneração do Auditor-Fiscal e o salário de ministro do STF é um bom caminho para assegurar subsídio compatível com a importância do trabalho desenvolvido pela categoria.





ANFP participa de audiência pública na
Câmara dos Deputados sobre a PEC 443

Expediente

DIRETOR RESPONSÁVEL

Jeziel Tadeu Fior

FOTOS

Arquivo ANFIP,
+iMAGEM! Júlio Gomes

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Gilmar Eumar Vitalino

EDITOR

Gerson Menezes

REPORTAGEM

Marcio Peixoto

CONSELHO EDITORIAL

Álvaro Sólton de França
Jeziel Tadeu Fior
José Roberto Pimentel Teixeira
Miguel Arcanjo Simas Novo

CONSELHO EXECUTIVO

Álvaro Sólton de França

Presidente

Floriano José Martins

Vice-Presidente Executivo

José Roberto Pimentel Teixeira

Vice-presidente de Assuntos Fiscais

Maria do Carmo Costa Pimentel

Vice-presidente de Política de Classe

Benedito Leite Sobrinho

Vice-presidente de Política Salarial

Roswílcio José Moreira Góis

Vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social

Léa Pereira de Mattos

Vice-presidente de Aposentadorias e Pensões

Ana Mickelina Barbosa Carreira

Vice-presidente de Cultura Profissional e Relações Interassociativas

Eucélia Maria Agrizzi Mergar

Vice-presidente de Serviços Assistenciais

Márcio Humberto Gheller

Vice-presidente de Assuntos Jurídicos

Miguel Arcanjo Simas Nôvo

Vice-presidente de Estudo e Assuntos Tributários

Rosana Escudero de Almeida

Vice-presidente de Administração, Patrimônio e Cadastro

Josemar Jorge Cecatto Santos

Vice-presidente de Finanças

José Tibúrcio Tabosa

Vice-presidente de Planejamento e Controle Orçamentário

Jeziel Tadeu Fior

Vice-presidente de Comunicação Social

João Laércio Gagliardi Fernandes

Vice-presidente de Relações Públicas

Jorge Cezar Costa

Vice-presidente de Assuntos Parlamentares

Marcos Rogério Alves Ribeiro

Vice-presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Luiz Carlos Correa Braga

Leila S. de B. Signorelli de Andrade

Durval Azevedo Sousa

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - Heliomar Iunz

AL - André Vilaça dos Santos

AP - Emir Cavalcanti Furtado

AM - Cleide Almeida Nôvo

BA - Raimundo João Duailibe

DF - Floriano Martins de Sá Neto

CE - Givanildo Aquino da Silva

ES - José Geraldo de Oliveira Ferraz

GO - Carlos José de Castro

MA - Antonio de Jesus Oliveira de Santana

MS - Vanderlei Veiga Tessari

MT - Wilza do Carmo Pereira Soares

MG - Ilva Maria Franca Lauria

PA - Ennio Magalhães Soares da Câmara

PB - Dijanete de Souza Lima

PR - Ademar Borges

PE - Luiz Mendes Bezerra

PI - Lourival de Melo Lobo

RJ - Sergio Wehbe Baptista

RN - Jonilson Carvalho de Oliveira

RS - Marville Taffarel

RO - Eni Paizanti de Laia

RR - André Luiz Spagnuolo Andrade

SC - Carlos Alberto de Souza

SP - Ariovaldo Cirelo

SE - Jorge Lourenço Barros

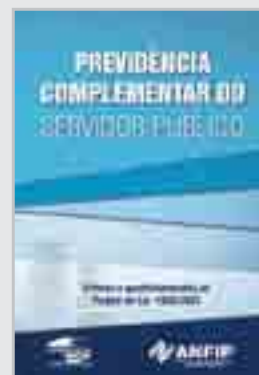
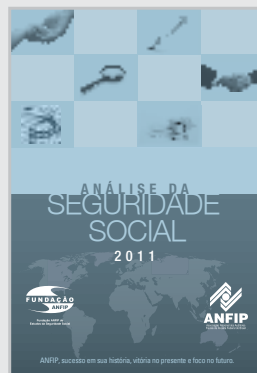
TO - José Carlos Rego Moraes

ASSESSORIA SOCIOECONÔMICA

Vanderley José Maçaneiro

Assessor

Na página da **ANFIP** na internet, em www.anfip.org.br, você encontra várias publicações de livre acesso. Basta baixar no seu computador e ler. Aproveite para conhecer tudo sobre **Previdência e Seguridade Social**, entre outros assuntos de grande interesse.



 www.facebook.com/anfipnacional

 www.twitter.com/anfipnacional

 www.youtube.com/anfipoficial



Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

MAIS QUE ARRECADADAÇÃO

Isonomia Tributária

Políticas Públicas

Justiça Fiscal

Combate à Sonegação

Para muito além da arrecadação de tributos, os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil são os responsáveis por garantir os recursos necessários à manutenção das políticas públicas e dos investimentos essenciais ao país. Isso porque atuam decisivamente no combate à sonegação e, conseqüentemente, à concorrência desleal.

Valorizar esta carreira de servidores de Estado, concursados e especializados, é fundamental para assegurar distribuição de renda e desenvolvimento com justiça social.



Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br

